COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 25 Fevereiro de 1988

Murdani: "Não somos uma potência colonial"

Pela primeira vez, um alto responsável do regime de Jacarta associou a Resistência em Timor-Leste ao carácter colonial da ocupação indonésia do território.

Entretanto, as formas de contestação desta presença multiplicam-se, apesar das escolas e dos programas de desenvolvimento...

À semelhança de anos anteriores, o chefe das FFAA indonésias, general B.L. Murdani, passou a noite de Natal em Dili.

O general, que se afirma católico e ter uma fé especial em N.S. de Fátima, cujo santuário diz pretender visitar, aproveitou a ocasião para incitar **"os que ainda erram pelas matas e montanhas"** de Timor-Leste a abandonar as suas actividades e a **"ajudar a desenvolver a provínvia".** Murdani, que acumula as suas funções militares, entre outras, com as de chefe do *Kopkamtib* (Komando Operasi Pemulihan Keamanan dan Ketertiban, Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem), força de segurança responsável pela tortura e morte de muitos patriotas timorenses e de muitos cidadãos indonésios, acrescentou ainda: **"Não renunciem aos ensinamentos de Cristo que amava a paz** (...)" (*Jakarta Post*,28/12/87).

Dias mais tarde, a 30 de Dezembro, à saída da sessão de fim de ano do governo, realizada sob a presidência de Suharto, o general voltou a insistir no problema da guerrilha em Timor-Leste,introduzindo algumas inovações. Disse: **"Existem agora apenas uns 500** [guerrilheiros]. **Seis ou dez anos atrás, haviam cerca de 10 000, dessa gente, em Timor-Leste"** (*Jakarta Post*, 31/12/87).

Este cristão, que em Agosto de 1983 declarava perante os jornalistas do seu país: **"Desta vez não toleraremos mais brincadeiras e não haverá misericórdia"** *(Diário Popular*, 18/8/83 citando o diário indonésio *Sinar Harapan)* ao referir-se à situação militar prevalecente naquele território, caracterizou assim a guerrilha: **"Alguns têm armas, outros não. A maioria das suas armas é antiquada. Talvez só 10 ou 11% delas sejam pilhadas ou roubadas aos nossos soldados"** *(Jawa Post*, 31/12/87).

Interrogado sobre o que fará o governo indonésio para conseguir a rendição dos rebeldes, disse que estão a ser levados a cabo programas de desenvolvimento na **"província", "a fim de que eles saibam que não fomos para lá para colonizá-los ou convertê-los"** *(Jakarta Post*, 31/12/87). E se hoje há apenas 500 dos 10 000 "contestatários" que permaneciam nas florestas de Timor-Leste, é porque esses programas têm tido imenso sucesso, concluiu.

Tanto quanto sabemos, é a primeira vez que um alto responsável de Jacarta associa a existência da luta armada ao carácter colonial da ocupação indonésia do território. Aliás, e significativamente, foi com este tema que o governamental *Jakarta Post* abriu o artigo sobre as declarações de Murdani. **"Não somos uma potência colonial"** afirmou o general.

General Murdani

A citada edição de 28 de Dezembro deste jornal traz igualmente um detalhado relato da conferência de imprensa de fim de ano dada pelo governador Mário Carrascalão em Dili.

Depois de tecer os habituais elogios aos progressos introduzidos pelo regime de Jacarta na sociedade timorense, nomeadamente no campo da educação onde as escolas são insuficientes para acolher todos os que querem estudar, o governador coloca o problema do desemprego

NESTE NÚMERO:

- **Murdani: "Não somos uma potência colonial"**
- **Ambiguidade governamental provoca desentendimentos com a AR**
- **IV Consulta Cristã em Lisboa**

como uma das prioridades das autoridades de ocupação. Segundo ele, o rápido crescimento da taxa de desemprego vai levar a **"administração provincial"** a criar **"oportunidades de emprego nas aldeias para impulsionar as actividades de desenvolvimento nas áreas rurais e reduzir o fluxo de população das aldeias para a capital da província".**

Esta questão é, para as autoridades indonésias, tanto mais grave quanto maior é a tensão nas cidades, e em particular em Dili, entre os transmigrantes javaneses e balineses — que ocupam as melhores posições na nova hierarquia social — e os jovens que saiem das escolas e não encontram emprego de acordo com as suas habilitações académicas ou não conseguem, pura e simplesmente, trabalho. As manifestações estudantis de Julho do ano passado na capital do território, o incêndio da zona javanesa do Mercado de Dili no mesmo mês (ver *Informação Timor-Leste* n.º 19 e n.º 21, de Agosto e Outubro de 1987) são disso exemplo.

É que enquanto o general nega o estatuto colonialista da presença indonésia em Timor-Leste e o governador se preocupa com a taxa crescente de desemprego, a prática quotidiana do regime de Jacarta relativamente ao território mostram uma outra realidade. Temos dado exemplos, aqui e na *Funu*, tirados da própria Imprensa daquele país, que evidenciam bem alguns traços tipicamente colonialistas da dominação indonésia, nomeadamente a política de segregação dos timorenses e a imposição de uma racionalidade e de circuitos de poder que escapam completamente à estrutura social timor e que, como tal, permanecem-lhe completamente estranhos e exteriores.

Pela mesma altura em que Murdani e Carrascalão faziam estas declarações, o *Jawa Pos* de 29 de Dezembro noticiava que o ministro das Obras Pública Suyono Sosrodarsono tinha convidado os funcionários ameaçados de despedimento da empresa *Prosida* a irem para a Papua Ocidental e para Timor-Leste, com contratos por um período mínimo de 4 anos para os técnicos e de 8 anos para os não-técnicos. Os contratos incluem incentivos como alojamento, integração definitiva na função pública e subsídios vários...

"QUEREMOS O REGRESSO DOS PORTUGUESES PARA A AUTODETERMINAÇÃO..."

No dia 11 de Novembro último, apareceram panfletos em diversas repartições do governo provincial, no *Korem* (Quartel-General dos militares estacionados no território), no DPR (Parlamento) provincial, nos Correios, etc. Nos panfletos, escritos em Português, dizia-se: **"Fora de Timor-Leste cães indonésios. Queremos o regresso dos portugueses para a Autodeterminação e Independência da nossa Pátria Timor-Leste".**

Na sequência do aparecimento destes panfletos foram presos, no dia seguinte, os padres Leão da Costa e Domingos Cunha por agentes do *Kopskam* (Comando Operacional de Segurança) de Dili, que os interrogaram longamente, tentando atribuir-lhes a responsbilidade do acontecimento. Na impossibilidade de os conseguir envolver, libertaram-nos horas depois.

Entretanto, o coronel Sunarto foi mandado regressar a Jacarta após cinco meses de operações com as suas tropas especiais, na tentativa de capturar Xanana Gusmão. Os resultados, porém, limitaram-se à prisão de 15 guerrilheiros e à apreensão de uma dúzia de armas nas áreas do leste do território. Estes guerrilheiros capturados foram, por sua vez, obrigados a lutar ao lado dos soldados indonésios contra os seus companheiros do mato. Os que se recusam a fazê-lo são torturados com espancamentos e choques eléctricos e empurrados à frente dos militares indonésios. Para substituir Sunarto, chegou no dia 10 de Dezembro a Dili um outro coronel.

Os tempos, porém, não estão de feição para esta patente militar em Timor-Leste. No dia 22 desse mesmo mês de Dezembro, no posto de Bubur-Laran em Barique, dois carros militares foram atacados à granada pelos guerrilheiros, tendo morrido 20 soldados e ficado feridos 12, dos quais 6 em estado grave e sendo um deles o comandante, precisamente um coronel. Os feridos foram transferidos posteriormente para o hospital militar de Gatot Subroto em Jacarta. Mais de 20 armas e respectivas munições foram **"pilhadas"** pelos guerrilheiros. □

Ambiguidade governamental provoca desentendimentos com a Assembleia da República

A A.R. discorda do Governo quanto à exclusão dos timorenses das negociações sobre Timor-Leste ★ Em resposta a Mochtar, o Governo nega que tenha envolvido a A.R. em assuntos da sua competência, enquanto esta afirma que nunca considerou a hipótese duma missão sua a Timor ★ O M.N.E. não consegue esclarecer cabalmente a Comissão Eventual (recém-constituida) sobre a sua ida a Nova Iorque ★ Por iniciativa de deputados portugueses, o Parlamento Europeu condena a Indonésia.

A.R. DISCORDA DO GOVERNO

Após um período de vários meses de quase letargia, as últimas semanas registaram um conjunto notável de movimentações no âmbito parlamentar relativo a Timor-Leste. Assim, ainda em Dezembro, a A.R. aprovou (como tinha, aliás, acontecido em anos anteriores) uma moção alusiva à data da invasão indonésia de Timor-Leste. Nesse documento, votado unanimemente e por aclamação por todos os deputados, se **"reafirma ao povo timorense, veementemente, a sua total solidariedade com a luta que promove".** A AR declara nesse texto **"a sua disponibilidade e vontade para cooperar com os outros órgãos de soberania nacional"** com vista à solução da questão, prontificando-se a dar expressão prática à chamada "diplomacia informal".;

Novidade relativamente a anos anteriores é o facto do Parlamento manifestar ainda a **"a sua preocupação pela marginalização dos timorenses nas negociações que decorrem sob os auspícios do Secr. Geral da ONU e apelar à sua legítima inclusão".** Poder-se-á entender este facto como um cartão amarelo passado ao Governo pela sua política de exclusão de representantes do povo maubere das discussões em curso sobre o futuro do território?

PARLAMENTO REJEITA POSSIBILIDADE DE ENVIO DE MISSÃO PARLAMENTAR A TIMOR-LESTE

Outro foco de tensão nas relações entre os dois órgãos de soberania foi aberto na sequência das declarações do M.N.E. indonésio ,Mochtar Kusumaatmadja em Madrid, a 11 de Janeiro. Entre outras coisas, Mochtar afirmou que a proposta da polémica visita duma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste tinha partido da iniciativa do Governo português e que a Indonésia aguardava agora a resposta de

Portugal às condições que tinha colocado para a efectivação dessa visita (a qual deveria ser de observação e nunca de investigação). Mochtar, que presidia a uma reunião de embaixadores indonésios em países europeus com vista à afirmação da estratégia diplomática na Europa para o presente ano (cujo primeiro teste é a sessão da Comissão de Direitos Humanos, a decorrer em Genebra), afirmou que **"A Indonésia é paciente e aguardará que Portugal resolva o seu problema constitucional"** (o **"problema constitucional"** a que Mochtar se referiu é a menção explícita no artigo 297.º da Constituição da República Portuguesa, do direito à independência de Timor-Leste).

As declarações de Mochtar causaram um visível mal-estar no Parlamento, provocando interpelações das bancadas da oposição ao Presidente da A.R., Prof. Vítor Crespo, sobre a veracidade das citadas afirmações. O assunto veio a ser abordado em conferência de líderes parlamentares convocada para 15 de Janeiro, a fim de debater expressamente o tema. Nessa reunião, o Governo, através do ministro dos Assuntos Parlamentares, António Capucho, negou as notícias divulgadas, adiantando que **"o Governo jamais se comprometeria com uma matéria que é da competência da Assembleia da República"**. A Conferência de líderes afirmaria em comunicado que **"A A.R., nesta matéria, tem tido uma posição clara unanimemente expressa, e nunca considerou a deslocação de uma missão sua a Timor-Leste"**.

QUE ARQUITECTA DEUS PINHEIRO EM NOVA IORQUE?

Quase em simultâneo (13 de Janeiro) com as polémicas declarações de Mochtar, verificava-se a inesperada visita do M.N.E português a Nova Iorque para encontros com Perez de Cuellar sobre Timor-Leste. Embora seja impossível garantir se houve ou não relação de causa-efeito entre os dois factos, a verdade é que esta visita de Deus Pinheiro se realizou algo precipitadamente, como prova a sua não-presença (contrariamente ao previsto) em Pequim, em cerimónia relativa ao acordo com a R.P. da China sobre a passagem de soberania de Macau, tendo-se feito representar, à última hora, por um funcionário do Ministério.

Informações provenientes de círculos próximos do S.G. da ONU permitem supor com razoável segurança que a possível ida ao território duma delegação parlamentar portuguesa foi um dos temas analisados nesses encontros. A falta de informação oficial sobre o que se terá efectivamente passado motivou a convocação do M.N.E. para uma reunião da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Foi, com efeito, já no decurso de Janeiro que esta Comissão ficou finalmente constituída, com a indigitação pelos partidos dos nomes dos deputados que a integram (dos 27 parlamentares que a constituem, a maioria pertence ao PSD, que detém também a presidência, atribuída, ao seu Secretário Geral, Dias Loureiro). Durante o encontro que manteve com a referida comissão, Deus Pinheiro negou a existência de qualquer proposta portuguesa envolvendo a deslocação a Timor-Leste de uma delegação parlamentar ou que estivessem a decorrer negociações sobre o assunto. Estes esclarecimentos do ministro não dão resposta cabal às afirmações do porta-voz do M.N.E., embaixador Rui Brito e Cunha, à Lusa, em 27 de Abril de 1987: **"Portugal propôs em Janeiro de 87 que uma delegação parlamentar se deslocasse a Timor-Leste fora do contexto eleitoral, com liberdade de circulação e contactos e permanência sem limite de tempo, a fim de poder avaliar o estado actual da situação"**. Não elucidam também o porquê do ponto dezasseis do *Progress Report* do S.G. da ONU à Assembleia Geral de 8 de Setembro de 1987, quando afirma que **"os dois lados estão a considerar a possibilidade de uma delegação parlamentar portuguesa efectuar uma deslocação a Timor-Leste"**. Quem tem razão, Perez de Cuellar ou Deus Pinheiro?

INDONÉSIA CONDENADA NO PARLAMENTO EUROPEU

Ainda a nível parlamentar, mas agora no plano internacional, Timor-Leste foi incluído, por proposta do socialista Fernando Gomes, na agenda de trabalhos das reuniões que deputados do Parlamento Europeu mantiveram recentemente com a Organização Interparlamentar dos países do Sueste Asiático, a qual integra, entre outros países da área, a própria Indonésia.

Também no final de Janeiro, a Comissão de Assuntos Políticos do Parlamento Europeu aprovou o projecto de relatório sobre aquele país da autoria da vice-presidente, sr.ª Van den Heuvel, o qual será proximamente presente ao Plenário. O texto do documento aprovado, que condena a política indonésia em matéria de direitos humanos e recomenda aos Estados-membros que usem da sua influência junto de Jacarta para promover a melhoria do respeito desses direitos, foi enriquecido com a aprovação de várias propostas de alteração apresentadas pelo social-democrata português Pedro Santana Lopes. Essas alterações realçam **"a particular gravidade"** da situação em Timor-Leste e **"exorta os Estados-membros a desenvolverem uma acção política que contribua para a retirada das forças indonésias do território de Timor-Leste"**.

O "7 DE DEZEMBRO" EM CAMBERRA - AUSTRÁLIA

Imagens das comemorações do 7 de Dezembro em Camberra. À esquerda, a invasão do jardim da Embaixada da Indonésia

IV CONSULTA CRISTÃ EM LISBOA

Na sequência de anteriores encontros realizados na Holanda (85 e 86) e na Suiça (87), realizou-se em Lisboa, de 22 a 24 de Janeiro, a QUARTA CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE. **Estes encontros destinam-se a divulgar informação e promover a reflexão entre Igrejas e organizações cristãs (católicas e protestantes) sobre a situação do povo de Timor-Leste**

Organições cristãs atentas às violações dos Direitos Humanos e aos problemas do Desenvolvimento tentam chamar a atenção de estruturas de Igrejas mais pesadas e por vezes mais sensíveis aos argumentos da Indonésia do que aos apelos dos timorenses.

A realização desta IV Consulta em Lisboa teve como principal interesse permitir a intervenção de refugiados timorenses que puderam testemunhar directamente as violações dos Direitos Humanos de que foram vítimas na sua pátria. Mais do que muitos estudos e discursos, este testemunho directo poderá ter aberto os olhos a algumas delegações que, pelo seu relacionamento com as Igrejas da Indonésia, estavam mais habituadas a ouvir as teses do ocupante, embora o bloqueio imposto a Timor-Leste lhes deixasse pensar que a Indonésia tinha coisas para esconder.

O bispo de Setúbal, Dom Manuel Martins, como Presidente da Pax Christi (Secção Portuguesa) e o Pastor Salvador, responsável da Igreja Presbiteriana de Portugal, pronunciaram os discursos de acolhimento. A Igreja Presbiteriana e o movimento Pax Christi eram, com o grupo A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR, os organizadores desta reunião internacional.

Por norma, para permitir a participação de organizações que mantêm relações com as Igrejas da Indonésia, o nome dos participantes destes encontros não é divulgado. Quanto aos participantes portugueses que não têm este problema, estavam presentes não só grupos de solidariedade com o povo de Timor-Leste mas movimentos católicos e protestantes: Liga Operária Católica, Movimento Metanoia, Movimento Cristão para a Paz, um movimento de estudantes e um de mulheres ligados às Igrejas protestantes, Jornal Libertar, Centro de Reflexão Cristã, Comissão Nacional Justiça e Paz, Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC), etc.

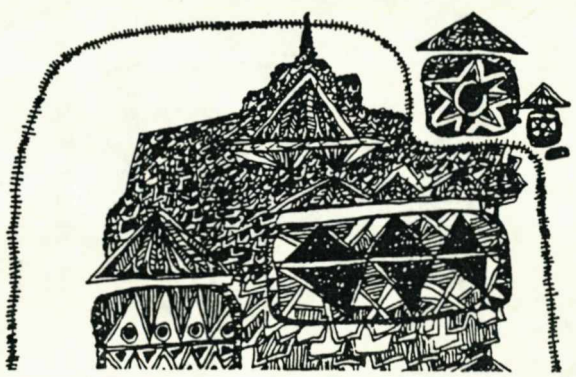
Além de ouvirem os testemunhos de alguns refugiados recentemente chegados a Portugal e de conversarem com estes e outros timorenses que se apresentaram espontaneamente nesta parte do encontro, os participantes ouviram também duas intervenções de responsáveis da Convergência Nacionalista formada pelos dois principais partidos políticos timorenses, a FRETILIN e a UDT. No domingo, houve também uma celebração litúrgica (com católicos e protestantes) no campo dos Balteiros (Vale de Jamor) e uma sessão cultural na qual participaram grupos culturais timorenses vindos de diversos locais (Setúbal, Carcavelos, Sintra, Amadora, Coro da OPJT, Coro Loro Sae, etc.).

Esta vida cultural timorense e a vontade dos refugiados em participar num encontro internacional sobre Timor-Leste mostra a sua decisão em se afirmarem e de não deixarem em mãos alheias o que, a eles, lhes diz respeito.

Devido aos próprios objectivos da Consulta, nestes encontros não há resultados muito concretos. Em 1987 decidiu-se publicar uma Reflexão sobre o problema e recolher apoios: esta publicação, editada em inglês, francês, alemão e português, foi uma maneira de alargar o conhecimento da questão de Timor-Lestes nos meios cristãos. Este esforço deverá ser prosseguido, tendo ainda o caso de Timor-Leste pouca divulgação nos meios de comunicação internacionais. Se os refugiados o permitirem (alguns ainda têm família em Timor e receiam represálias), os seus testemunhos poderão vir a ser publicados.

Um esforço particular será feito no quadro da ONU, nomeadamente na Comissão dos Direitos Humanos, onde organizações não-governamentais ligadas às Igrejas, como a Pax-Christi e a Pax Romana, desenvolvem há já vários anos uma acção de denúncia. Houve propostas para um novo encontro em Nova Iorque em Agosto, o que permitirá não só sensibilizar Igrejas e organizações cristãs da América do Norte, mas também intervir no Comité de Descolonização das Nações Unidas.

A realização do encontro em Lisboa teve também alguma repercussão na opinião pública e nos responsáveis portugueses cujo papel é importante na resolução do problema visto que à luz do direito internacional, Portugal é a potência administrante do território, cuja descolonização não foi concluída. Delegações dos participantes foram recebidas na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Assembleia da República e na Conferência Episcopal Portuguesa. □



Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77--2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317